



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA QUEM DELA NECESSITA: AS (DES)PROTEÇÕES SOCIAIS, AS DEMANDAS LGBT+ E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Gleydson Felipe (CRESS-RJ) - gleydson.felipe@hotmail.com

Bacharel em Serviço Social (UGB/FERP), Especialista em Gênero e Sexualidades (AVM/UNYLEYA)

POLÍTICA PARA QUEM DELA NECESSITA: As (des)proteções sociais, as demandas LGBTQ+ e o exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Assistência Social, proteções sociais, população LGBTQ e Serviço Social.

Key words: Social Assistance, social protections, LGBTQ population and Social Service.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é chamado a intervir nas expressões da questão social, originárias das contradições postas pelo sistema capitalista, onde é explícita a polarização entre burguesia e proletariado, visando, incessantemente, superlucros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Deste modo, o sistema capitalista se configura num papel segregador de classes sociais, numa ordem hegemônico-burguesa de poder, que visa a exploração da *mais-valia* do trabalho da classe trabalhadora, convergindo acentuadamente com a expansão das expressões da questão social.

Neste vertente, oriunda da caridade, benesse e assistencialismo, a Assistência Social, implementada, inicialmente, com as damas de caridade, com o papel de cuidado e afetividade – que reforçam a lógica da divisão sexual do trabalho, que se configura numa dimensão que transcende as barreiras do binarismo e da cisheteronormatividade¹ – se consolidou como política pública através da integração do tripé da Seguridade Social, sobretudo, por meio da Constituição Federal de 1988 e, mais tarde se fortaleceu com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (1993).

Em 2004, com o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e, posteriormente, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS² (2005) esse processo de consolidação se solidifica e organiza a política em dois níveis de proteções: básica e especial. Sendo divididos, entre ambas, os trabalhos de prevenção e acompanhamento no que tange às vulnerabilidades sociais e, o acompanhamento e desdobramentos relativos às questões que envolvem as violações de direitos e rompimento de vínculos familiares e sociais, respectivamente.

¹ A cisheteronormatividade se consiste em um conjunto de normas e valores impostos pela sociedade, que seguem a lógica do binarismo de sexo e de gênero, onde só se considera possível ou normal, a existência de pessoas que se relacionam com ou para o outro sexo/gênero, assim como, a reafirmação da cisnormatividade, ou seja de que todos os seres são cisgêneros.

² Nos moldes do Sistema Único de Saúde, o SUAS foi criado para regular a oferta da Política de Assistência Social de forma mais sistemática e organizada.

A proteção especial é subdividida ainda em média e alta complexidade, com serviços que tratam de atender e acompanhar na medida da violação de direitos e reconstrução de vínculos e possibilidades (média) e, no acolhimento institucional (alta).

Neste entendimento, este estudo emergiu da percepção do distanciamento entre a política – que é “para quem dela necessita”, de acordo com a Constituição – e a população LGBT, que diante de inúmeras estatísticas de vulnerabilidade e violência, se caracteriza, exatamente, como este público, tendo como perspectiva o comprometimento da política de Assistência Social com o “público que dela necessita”, elencando os altos índices de vulnerabilidade, violências e assassinatos vivenciados pela população LGBT, bem como os inúmeros casos de homolebbitransfobia³ que chegam para a rede socioassistencial e ainda, considerar que os casos que envolvem esse público – em grande escala – tem como porta de entrada, diretamente, a proteção social especial – quando os vínculos já foram rompidos e os direitos violados – o que descaracteriza o trabalho de cunho preventivo proposto pela proteção social básica.

A justificativa deste estudo se estabelece no bojo das contradições do capital, na medida em que se faz necessário compreender os processos de vulnerabilização que permeiam a população LGBT e a analogia com as relações de exploração e precarização das políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

Com a instituição do tripé da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social ficou caracterizada como uma “política pública para quem dela necessitar” e, desse modo, tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos no enfrentamento às vulnerabilidades e violações, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.⁴

Posto isso, se faz relevante considerar a população usuária, majoritariamente feminina, com mulheres chefes de família e/ou desempregadas, o que substancia a “feminização da pobreza”, e, em consequência, o aumento da demanda dos CRAS para acesso a benefícios como, por exemplo, o Programa Bolsa Família⁵.

³ A homolebbitransfobia diz respeito ao preconceito ou aversão à homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis. Não se considera somente a homofobia, por conta das lutas de movimentos sociais, os quais separam as mulheres lésbicas dos homens gays, por exemplo, elencando sempre a visibilidade e o empoderamento de cada segmento.

⁴ Ministério da Cidadania – MDS <www.mds.gov.br>

⁵ O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento de Renda, Acesso a Direitos e Articulação com Outras Ações. <www.mds.gov.br>

Para além disso, existe o dado histórico e social de não acesso à políticas públicas pela população LGBT, muitas das vezes por já ter ou temer sofrer algum tipo de discriminação. Diante disso, faz-se necessário considerar as consequências do processo de vulnerabilização deste público, não somente no que diz respeito à Assistência Social, mas também de outras políticas. Destaque para a população trans e travesti, que tem acesso nulo ou precário às políticas e, por inúmeras vezes, não são inseridas em programas sociais como o Bolsa Família, mesmo sendo perfil para o mesmo.

RESULTADOS

Diante dos inúmeros reflexos que configuram o preconceito na sociedade, depara-se com os atravessamentos das lutas pela garantia de equidade relações de gênero e diversidade sexual, que caracteriza, principalmente a população LGBT, mas não se restringe. Sobretudo, é através de estudos e espaços de fortalecimento de lutas e discussões é que poderão ser construídas estratégias e políticas públicas viáveis e que venham de encontro às demandas sociais.

A Assistência Social vem atuante neste enfrentamento, através dos serviços ofertados, que possuem objetivos comuns à prevenção, à promoção da cidadania e à equidade. Tais objetivos necessitam estar ligados promoção e emancipação social dos indivíduos. Deste modo, temáticas como Cidadania LGBT, Machismo, Intolerância Religiosa, dentre outros, DEVEM ser trabalhadas com as famílias atendidas.

Nesta perspectiva, faz-se necessária a qualificação dos profissionais, principalmente através de educação permanente com discussões que favoreçam a efetivação da práxis e potencialização dos territórios e famílias. Salieta-se o papel do assistente social, como profissional que tem como princípios fundamentais a garantia dos direitos, a promoção da cidadania e a emancipação social, na atuação e viabilização do acesso destes usuários às políticas públicas e, sobretudo, não desconsiderando a multidisciplinaridade da política.

Não se pode ignorar a insuficiência da abordagem dessas temáticas nas formações acadêmicas. Com a mercantilização do ensino, os projetos pedagógicos e matrizes curriculares não dão conta de formar com a qualidade devida. O que acaba por transferir a responsabilidade para a educação continuada. Sobretudo é necessário o comprometimento dos profissionais em manterem-se sempre atualizados e capacitados para um melhor atendimento e acompanhamento dos usuários.

No que diz respeito ao atendimento qualificado à população LGBT, faz-se necessária uma análise da necessidade de qualificar, não somente os profissionais, como também os serviços existentes. Outra análise relevante é a da necessidade de espaços especializados para o

atendimento desse público, voltado às violações de direitos específicas enfrentadas pela população LGBT, que nem sempre os CRAS e CREAS dão conta de realizar.

Não há como desconsiderar o processo de produção capitalista e divisor de classes que, segrega e, caracteriza a vulnerabilidade social cada vez mais. Nesta perspectiva, Serviço Social tem largo espaço de intervenção, com amplitude de demandas e questões que atravessam as dimensões da seguridade social, incidindo no processo violador de direitos dos usuários, na medida em que não dá conta de atender e acompanhar de forma preventiva. Neste viés, na necessidade de apoiar e incentivar a participação dos movimentos sociais no controle social e ainda na promoção do acesso aos direitos sociais, o Serviço Social, por meio de seu projeto ético-político, atua, na política de assistência social, como profissão interventiva nas especificidades sociais e de garantia de cidadania dos usuários, principalmente, das minorias – onde é enquadrada a população LGBT.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Ed. Cortez, 2003

BRASIL, **Ministério da Cidadania**. Disponível em <www.mds.gov.br>

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. Belo Horizonte. Outras Expressões, 2012.

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social, 7ª Região. **Projeto Ético-Político e Exercício Profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação de assistentes sociais**. Rio de Janeiro. CRESS, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**, 10ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. – São Paulo. Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social, São Paulo: Cortez editora, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Deusivam de.; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (orgs.). **TRANSPolíticas públicas**. Campinas. Papel Social, 2017.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.